

Formas plurais da história do conhecimento linguístico

Ana Paula El-Jaick¹, Vanise Medeiros², Phellipe Marcel da Silva Esteves³

*Universidade Federal de Juiz de Fora (Brasil), Universidade Federal Fluminense/CNPq (Brasil),
Universidade Federal Fluminense/Faperj (Brasil)*

O dossiê *Formas plurais da história do conhecimento linguístico* se inicia com um artigo desafiador e *sui generis* de Pedro de Souza, intitulado “A memória que se arquiva na língua falada nas canções”, que compõe um bloco próprio, inserindo-se epistemologicamente nas contradições de abordagens discursivas plurais, como as mobilizadas por Michel Pêcheux e Michel Foucault, em busca de ler o arquivo da língua naquilo que ela se diferencia de uma não língua. Assim, o autor se ocupa de uma exposição que, “na qualidade de instrumento da análise do arquivo em formação, não apenas entrega objetivamente fatos ou dados da língua falada, também e sobretudo libera o não lugar da linguagem – âmbito do *non-sens* – para nele sugerir outra maneira de conhecimento do espaço, concomitantemente, estável e instável da fala e da língua”. Não se trata de uma abordagem conciliadora, que reinstaure a instabilidade da língua enquanto estabilidade, mas de um encarar que cabe ao analista “decifrar o que há aí de mistério no espetáculo da linguagem”.

Já no segundo bloco, temos algumas continuidades teóricas em relação ao artigo de Pedro, mas não só. Há, por meio de outros arcabouços além do discursivo, o compromisso com abordagens históricas e críticas sobre os objetos linguísticos, questionando a neutralidade e a estabilidade do conhecimento na área. Os artigos formam um conjunto coeso que investiga, de

¹ E-mail: ana.jaick@ufjf.br | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2262-0206>.

² E-mail: vanisegm@yahoo.com.br | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6998-9377>.

³ E-mail: phellipemarcel@id.uff.br | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6128-6706>.

diferentes ângulos, como as ideias sobre língua, gramática e ciência linguística são produzidas, disputadas, transmitidas e reinterpretadas ao longo do tempo.

No primeiro deles, “Revisitando o clássico *História da Linguística*, de Joaquim Mattoso Camara Jr.”, Gabriel de Ávila Othero e Valdir do Nascimento Flores retornam a uma reedição, feita pelos próprios autores em 2021, da obra canônica daquele que chamam de “pai da linguística brasileira”. No artigo, explicam muitas das decisões editoriais que tomaram no livro, historicizando-a no âmbito da Coleção de Linguística da Editora Vozes e apontando como que os dois livros que antecedem o *História da Linguística* na referida coleção contribuíram como bússola para o livro de Camara Jr. que ora preparavam. Os autores relatam que, assim como no *Estrutura da língua portuguesa* organizado por Emílio Gozze Pagotto, Maria Cristina Figueiredo Silva e Manoel Mourivaldo Santiago-Almeida, guiaram-se por intervenções macroestruturais, de diagramação, textuais, normativas e de atualização de caracteres gráficos, mas também atentando ao fato de que, no caso do *História*, (1) a obra é decorrente de uma tradução; (2) ela contém uma grande oscilação de títulos citados; (3) seu caráter inacabado é inegável. Daí, no artigo, explicitarem seu esforço de estabelecimento de texto por meio de notas de rodapé e comentários de fim.

O segundo artigo desse bloco é o “A escrita epistolar na história das ideias linguísticas no/do Brasil: uma carta de Said Ali para Antenor Nascentes”, de Thaís de Araujo da Costa e Tayane Pinto dos Santos. Debruçando-se sobre uma carta inédita entre esses dois autores memoráveis da História das Teorias Linguísticas no Brasil, em que Ali comenta a edição escolar dos *Lusíadas*, à época recém-elaborada por Nascentes então recentemente publicada por este pela Livraria Francisco Alves. As autoras fazem um trabalho consistente de análise da carta, depreendendo que ideias linguísticas nela circulam, recortando dela trechos como “O texto verdadeiro dos *Lusíadas* é forte demais para um estudante [...] que desconhece a gramática histórica e tem apenas um ano de latim. § Por conseguinte, uma edição escolar daquele poema, na qual se aplainassem tôdas as dificuldades, impunha-se desde muito. [...] não convém apresentar aos olhos dos neófitos formas que acarretem confusões, vacilações”. O texto vale muito a leitura, sobretudo para quem se interessa por pesquisas que inter-relacionem ideias linguísticas e discurso sobre o sujeito-aprendiz.

Gleiton Matheus Bonfante, no penúltimo artigo do bloco, “A história genealógica e a historicidade das ciências: aproximações e distanciamentos teóricos e filosóficos entre Foucault e Auroux”, discute as aproximações e distanciamentos entre as noções de história nos referidos autores, ambos filósofos e constantes nas reflexões em epistemologia das ciências (da linguagem)

contemporâneas. Bonfante alerta para um possível diálogo entre os autores, e afirma que “Embora diversos, e até divergentes, não resta dúvidas de que os objetos de inquérito de ambos os autores lidem com a relação entre discurso e governamentalidade: seja na gestão da vida pra Foucault, ou na gestão das línguas em Aurox”. Para mostrar isso, joga luz sobre as noções/conceitos de verdade, de autoria, de (des)continuidade, de acontecimento e de origem, indicando onde há aproximações e incontiguidades.

Finalizando esse bloco, contamos com o trabalho “Gramática, ensino e representação linguística: reflexões sobre o uso e a classificação verbal em dois modelos de referência”, de Alessandro Jocelito Beccari e Miriam de Oliveira Silva Franklin Miranda. Assim como no artigo anterior, os autores aqui buscam fazer um cotejo, mas não entre duas perspectivas teóricas em autores distintos, e sim entre dois instrumentos linguísticos: “a gramática escolar 360º – *Língua portuguesa: novas palavras*, de Emília Amaral, Mauro Ferreira, Ricardo Leite e Severino Antônio, que se ancora em uma visão normativa, e a *Gramática do Português Brasileiro*, de Mário A. Perini, que adota uma abordagem descritiva, voltada à descrição efetiva do uso da língua no Brasil”. Focam, para isso, em como ambas apresentam o conteúdo sobre verbos e sua classificação, tomando como princípio que essa classe gramatical ocupa posição central na estrutura da oração, bem como suscita “concepções teóricas distintas sobre língua, gramática e ensino”. A bibliografia mobilizada por Beccari e Miranda vai, corretamente, de Historiografia Linguística a História da Educação, mostrando como as reflexões sobre instrumentos linguísticos não se restringem à disciplina da linguística.

No terceiro bloco se encontram artigos advindos de pesquisa instigantes, inscritas em campos distintos dos estudos linguísticos, que colocam em cena reflexões sobre a língua em diferentes problemáticas e temporalidades. São considerações sobre língua, racialidade, territorialidade, identidade linguística, gênero, relações entre línguas, nomeação de língua, designações e conceituações linguísticas, instrumentação linguística e violência linguística, entre outras, que nos permitem conhecer e/ou rever a historicidade sobre línguas e sobre estudos que dizem respeito não somente a línguas do Brasil colônia à nossa contemporaneidade bem como à produção de estudos linguísticos em Angola que remontam também ao processo de colonização portuguesa nesse país.

O primeiro artigo, “*Linguagem antirracista* em diferentes instrumentos linguísticos: a língua e os discursos racializados no espaço digital”, de Rogério Modesto, Marcus Menezes e Matheus

Souza, se inscreve no campo da História das Ideias Linguísticas e se debruça “sobre a relação entre língua e racialidade entendendo que tal relação convoca, inclusive, novas/outras possibilidades de instrumentalização de língua”. Os autores recuperam e avançam reflexões sobre racismo, detendo-se nas noções de racismo velado e racismo por denegação para promover uma análise de manuais que se voltam sobre a relação entre linguagem e racismo. O artigo comporta uma potente articulação teórica sobre instrumentos linguísticos ao lado de uma análise fecunda de uma cartilha digital contemporânea, qual seja, “Racismo se combate em todo lugar”, levando o leitor a refletir sobre a presença e os efeitos de tais ferramentas na nossa atualidade e a compreender sua relevância no processo de gramatização e seu “papel significativo na disputa de sentidos em torno da linguagem antirracista”. E ainda a ir adiante, ao compreender que a racialização não se restringe a enunciados que a tematizam explicitamente.

A preocupação com a relação língua e racialidade também está cerne do artigo que segue, a saber, “Pretuguês: uma categoria política-linguística Ameفرicana”, de Fernanda de Oliveira Cerqueira. Neste também importante estudo, que tem como ancoragem teórica a perspectiva transdisciplinar da Raciolinguística, a autora se volta para a designação “Pretuguês”, recupera menções a tal designação ainda no século XIX, se detém no trabalho em que Lélia Gonzalez propõe tal designação, revisita e analisa fenômenos linguísticos correntes na língua e defende Pretuguês “como uma categoria de natureza política e linguística” que “extrapola a dinâmica conceitual”. A autora destaca a relevância da entrada de estudos sobre racialidade no campo da Linguística Geral “como já o fazem a Filologia, a Linguística Aplicada, as Análises do(e) Discurso e os estudos de Tradução”. Por fim, sua pesquisa abre horizontes para a emergência do que sinaliza como gramáticas híbridas em cenário de contato multilíngue.

A problemática da denominação também se faz presente no terceiro artigo deste bloco: “Tupi Amazônico ou Língua Geral Amazônica? Repensando a identidade linguística da Amazônia colonial”, de Bruna Trindade Gomes Carneiro e Alícia Duhá Lose. Nele as autoras revisitam designações “atribuídas à língua veicular dos aldeamentos e vilas do Grão-Pará e Maranhão, variando entre ‘Língua Geral Amazônica’ (LGA) e, em estudos mais recentes, ‘Tupi Amazônico’” promovendo uma reflexão que passa pela revisão de hipóteses da historiografia linguística e que resulta por afetar conhecimentos já postos em tal campo. O artigo põe em cena uma frutífera reflexão sobre a “construção historiográfica da Amazônia colonial” possibilitando a revisão do

cenário linguístico do espaço amazônico, isto é, entre outros fatores, reexaminando as relações e as posições acerca de línguas e suas nomeações.

No quarto artigo deste bloco se encontra um artigo voltado para a produção inovadora de uma notável linguista angolana: Amélia Mingas. Trata-se do intitulado “Amélia Mingas e a construção de um capítulo da história linguística de Angola: breves discussões sobre gênero e o papel da mulher na sociedade angolana”, de Eduardo Ferreira dos Santos. Nele, a colonização portuguesa também está em foco. De uma “divisão social dos africanos em ‘assimilados’ e ‘indígenas’” – novamente categorias discriminatórias sustentadas por políticas linguísticas que censuram “tradições literárias e artísticas de povos angolanos” – caminha-se para o impacto da imposição da língua portuguesa sobre mulheres. É neste percurso que se inscreves as reflexões de Mingas, que adota o termo pretuguês, destaca marcas que justificam tal nomeação, reflete sobre o preconceito relativo às marcas e ao nome pretuguês, e, ainda, denuncia a violência linguística no que se refere à condição feminina na sociedade.

Por fim, flagramos um quarto grupo de textos que se aproximam em seu caráter mais teórico, discutindo questões clássicas dos Estudos da Linguagem. Aqui, encontramos discussões que retomam o nascimento da Linguística como ciência tal como preconizada por F. de Saussure, tanto em uma espécie de elegia ao mestre genebrino – sobretudo no que tange às soluções teóricas relacionais de suas dicotomias –, como de forma crítica, mais exatamente ao princípio de arbitrariedade do signo linguístico, uma vez que tal característica teria levado a uma tradição de repulsa a qualquer ideia de iconicidade na linguagem. Finalizamos este dossiê com outra reflexão de natureza teórica, agora em relação à Linguística Textual e suas ramificações.

Dito isso, o primeiro artigo deste recorte é “Fundamentos, desdobramentos e aplicações da Teoria Saussuriana: o caso das relações associativas e sintagmáticas”, de John Kevin Lopes de Araújo da Silva e Jhucyane Pires Rodrigues. Conforme o título indica, o texto tem como objeto de análise a dicotomia sintagma/paradigma tal como elaborada no *Curso de Linguística Geral*, obra atribuída a F. de Saussure. Silva e Rodrigues se propõem a discutir possíveis aplicações das relações associativas e sintagmáticas para melhor compreensão de fenômenos linguísticos, como a afasia e o ensino de línguas nas escolas. Como conclusão dessa pesquisa de caráter bibliográfico, os autores defendem que a perspectiva estruturalista, “em meio a críticas, recusas, adesões e superações posteriores, ainda apresenta uma contribuição essencial para os estudos linguísticos”.

As pesquisadoras Mahayana C. Godoy e Thayná Cristina Ananias nos dão a conhecer seu profundo estudo “A arbitrariedade nos trabalhos sobre iconicidade lexical”. Nele, Godoy e Ananias refletem sobre a questão da iconicidade lexical, desvencilhando-a da ideia de arbitrariedade conforme geralmente é lida no *Curso de Linguística Geral* (CLG) – a despeito de quem lhe é atribuída a autoria: Saussure. Elas questionam o intransigente mandamento imputado a Saussure segundo o qual não há qualquer motivação entre significante e significado. As autoras defendem que, uma vez que *arbitrariedade* e *iconicidade* são objetos construídos em enquadres teóricos distintos, correlacioná-los já é, de saída, um equívoco epistemológico, “resultado de uma incongruência teórica”. Assim, Godoy e Ananias concluem pela necessidade de se repensar as definições de *arbitrariedade* nos estudos da iconicidade. A importância dessa pesquisa justifica-se na medida em que, conforme nos ensina as autoras, “a iconicidade influencia a aquisição da linguagem, o processamento lexical e mesmo a organização estrutural do vocabulário das línguas”.

No artigo “O estatuto epistemológico da linguística textual em três manuais de linguística brasileiros”, Mateus Parducci Soares de Lima apresenta sua pesquisa de cunho essencialmente teórico: volta-se ao interior do campo da Linguística Textual e à conceitualização de seu objeto de análise, o texto. Para isso, Lima analisa como três capítulos de manuais brasileiros – “Linguística textual” (de Anna Christina Bentes, 2000), “Linguística textual” (de Mariangela Rios de Oliveira, 2008) e “Abordagem do texto” (de Luiz Tatit, 2002) – apresentam a Linguística Textual (LT). Tendo como pano de fundo a tese de Pinheiro *et al.* (2025) segundo a qual a LT abriga múltiplos quadros teóricos, nem sempre compatíveis, o autor conclui que os três capítulos examinados não captam integralmente a complexidade da LT. Lima, então, defende novas formas de apresentação dos quadros teóricos da LT em manuais: sem uma generalização homogeneizante, mas, em alguma medida, contrastiva, ao mesmo tempo respeitando a heterogeneidade da área e preservando sua fidelidade epistemológica.

Desejamos uma leitura bastante prazerosa!xx’
